

DISCURSO E PODER NA CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO: UM DIÁLOGO ENTRE MICHEL FOUCAULT E NORMAN FAIRCLOUGH



Ricardino Jacinto Dumas Teixeira

Ricardino_teixeira@hotmail.com

Introdução

Este trabalho visa analisar os conceitos desenvolvidos por Michel Foucault para tentar dar conta das condições de produção de discursos sobre a ciência. Queremos entender, especificamente, a importância que os conceitos, tais como discurso, poder e saber, assumem na reflexão teórica foucauldiana e suas implicações para análise social no campo das ciências humanas. Para Coelho (1967) a qualidade de uma ciência mede-se pelo valor operatório dos conceitos que nela se produz. Entretanto, aprendemos com os conceitos foucaultidianos à idéia de que nenhuma interpretação é transparente, visto que todo e qualquer processo de produção, recepção e difusão de conhecimento, qualquer que seja o fim a que se propõe alcançar, também pode ser interpretado como a expressão das relações de poder e estratégias de controle político (Foucault, 2005).

Para desenvolver o nosso estudo sobre a relação entre o discurso e o poder na geração de conhecimento e análise social privilegiaremos, como base para a nossa discussão, duas obras fundamentais de Michel Foucault, a saber: *A arqueologia do saber* (1987) e *A microfísica do poder* (2005). A primeira obra traça uma arqueologia dos discursos sobre o conhecimento no campo das ciências humanas na constituição histórica dos saberes sobre o homem. Discute-se a positividade das ciências humanas, suas relações e descontinuidades históricas com as ciências empíricas e as ciências filosóficas, ou seja, “*A arqueologia apresenta o princípio da articulação de um discurso nos quais os acontecimentos se transcrevem nos enunciados*”¹. A segunda produção de Foucault, amplamente debatida nos *Cursos do Collège de France* nos anos de 1970, aborda a compatibilidade e/ou a incompatibilidade de saberes históricos no processo de produção de conhecimentos como resultado da configuração das relações de força por ele denominado de *genealogia*. Grosso modo, pode-se dizer que enquanto os textos arqueológicos têm por tema a discussão sobre as condições de produção do

¹ Ver Foucault (1987, p. 193)

conhecimento, os trabalhos genealógicos preocupam-se, fundamentalmente, com as práticas discursivas e as relações de poder não restritas às instâncias fixas de ordenamento de controle político representadas pelo Estado. Além dessas duas obras de Foucault, que servirão de fundamento para a nossa análise. Considerando a necessidade de desenvolver um trabalho que leve em consideração o diálogo entre duas ou mais perspectivas teórico-metodológica, adotou-se como segundo fio condutor a recente reflexão proposta por Norman Fairclough (2001), advinda da influencia que Foucault teve sobre ele e outras referências esparsas que nos proporcionam as condições de reflexibilidade para uma maior percepção da produção de Foucault, e de forma particular para aqueles (como nós) que pela primeira vez tomemos contato direto com as contribuições de Foucault e demais analistas cujas contribuições estão relacionadas à reformulação teórica da análise proposta por Michel Foucault.

O argumento básico que será defendido, no decorrer da nossa reflexão, é de que as contribuições e as críticas desenvolvidas por Michel Foucault marcam um deslocamento teórico e metodológico em relação à análise estruturalista clássica da linguagem dirigida a estruturação de um certo campo de significado. Essa colocação exige dos pesquisadores, que pretendem analisar ou criticar de forma precisa as contribuições inovadoras de Foucault, que levem em consideração o contexto mais amplo que marcou sobremaneira suas teorias e articulações conceituais, influenciado, de alguma maneira, pelo diálogo e confronto por ele estabelecido com a epistemologia francesa, a fenomenologia marxista e o estruturalismo clássico. O termo epistemologia designa uma corrente de reflexão sobre as condições de produção de um conhecimento científico. Tem por objetivo avaliar a ciência do ponto de vista da sua cientificidade. Nesse sentido, a epistemologia francesa pode ser compreendida, dentro desse quadro mais amplo, como uma reflexão sobre as condições da *historicidade* da produção de um

discurso que se pretende científico e prático, contrariamente à perspectiva filosófica kantiana, na qual as categorias de entendimento constituem a dimensão *a priori* na constituição do fenômeno (Coelho, 1967). Em relação à tendência fenomenológica clássica, o diálogo de Foucault tem a ver com uma segunda suspensão, ao mostrar que os sentidos dos enunciados pressupõem condições de produção que não são redutíveis a eles próprios, conforme será discutido mais adiante. No que se refere à abordagem estruturalista clássica, dos finais dos anos de 1950 e princípios dos anos de 1960, que busca na heterogeneidade aparente o permanente e imutável da estrutura (Bottomore, 1996), o diálogo de Foucault tornou possível superar o obstáculo contra a ideia de que a linguagem, por si só, poderia construir uma narrativa capaz de dar conta da estrutura social para a reformulação de um novo conceito do discurso (Coelho 1967).

Nessa perspectiva crítica foucauldiana, *“aquilo que se deve tomar como a referência não é a língua, os signos ou as relações de sentido, tal como pretendia, por exemplo, a teoria lingüística de signo de Ferdinand Saussure (1959) como o meio de representação da realidade entre significante e significado*. Foucault enfatiza as lutas sociais e as relações de poder” (Foucault, 2005, p.05), que fora explorada de forma insuficiente pela teoria lingüística de signo. Essa abordagem do social e do comportamento político, esboçada de forma sistemática nos trabalhos genealógicos que criticam o conceito da linguagem como estrutura de signos lingüísticos, assumiu um lugar importante, nas últimas décadas, com a proliferação de novos campos enunciativos e de procedimentos políticos (Mutzenberg, 2006). Perspectivado deste modo, a realidade social já não pode ser reduzida aos fenômenos lingüísticos, ou seja, da realidade à representação, produzindo uma visão fundamentalmente idealista do social e da prática política. Também o enunciado, nessa acepção, deixa de ser uma afirmação ou uma fonte de significado autônoma, mas diferentes afirmações e

significados que envolvem o mesmo enunciado do que ficou denominado por Michel Foucault de análise de *formações discursivas* (Foucault, 1987). “*Por formação discursiva designa-se um sistema de dispersão e de regularidades de enunciados, conceitos, posições e práticas sociais*” (Foucault, 1987, p. 43). Dessa abordagem do discurso como prática social destacam-se os trabalhos de autores da teoria contemporânea do discurso (sendo os principais Gilles Deleuze, Félix Guattari e Jacques Donzelot) que, ao apoiarem-se em Nietzsche e Heidegger-, desenvolveram as suas reflexões da noção do discurso não como um dado acabado, mas um processo dinâmico e descontínuo de elaboração constante para explicar ou tentar explicar as implicações que as relações de forças exercem na produção do conhecimento (Malerba, 2000). Segundo o entendimento de Foucault, a descentralização operada pela genealogia nietzscheana gerou dois aspectos importantes (e positivos) na análise do social. O primeiro aspecto é que tal descentralização opôs-se a idéia da busca de um fundamento pautada, exclusivamente, na racionalidade do tipo instrumental. O segundo aspecto é a rejeição da idéia de um sujeito histórico universal-racional em que todas as diferenças convergiriam num único sistema de valores (Foucault, 1987, p.15).

Para uma maior compreensão do conceito de discurso, de poder e suas implicações na análise social, o trabalho está estruturado em três tópicos. O primeiro tópico tenta contextualizar algumas obras e abordagens de Foucault. O segundo tópico propõe discutir o conceito de discurso e de poder e ocuparemos de analisá-los contextualmente em relação a noções diferentes propostas por outras abordagens, especialmente a perspectiva defendida por Norman Fairclough (2001). Finalmente, apontaremos a conclusão a que chegamos a partir da preocupação central levantada no início deste trabalho. Esperamos, assim, contribuir de forma singela para uma maior ou menor compreensão conceitual da contribuição de Michel Foucault.

2. Quadro Contextual

Como sabemos, as reflexões de Michel Foucault e a diversidade de suas pesquisas e contribuições são fortemente marcadas por descontinuidades teórico-epistemológicas. Esta descontinuidade torna-se mais evidente quanto mais tentamos enquadrar o pensamento do filósofo, psiquiatra e historiador francês numa única tradição de conhecimento. Michel Foucault, que nasceu em 1926 e morreu em Paris no ano de 1984, ofereceu-nos novas perspectivas para a análise de uma ampla gama de disciplinas e temáticas como a medicina, a psiquiatria, a justiça, a geografia, a filosofia, o debate em torno de temas como corpo, sexualidade, Estado, entre outros (Foucault, 1987).

Uma das formas bastante utilizada por alguns autores para compreender a produção intelectual de Michel Foucault é a periodização dos seus escritos coincidindo com o que cada um deles tem em comum com outros, ou vice-versa, sem a pretensão de estabelecer, necessariamente, uma cronologia ou sobreposição de uma sobre a outra no processo de produção do conhecimento. Os textos escritos por Michel Foucault buscam, de alguma maneira, superar os obstáculos, os preconceitos e os mitos na “*clarificação do conhecimento que tem por norma a racionalidade científica em seu mais alto grau de elaboração*” (Machado, 1981 p.10). Daí reside a oposição articulada por Foucault entre a *razão* e a *loucura*, segundo entendimento de Coelho: “*toda a obra de Foucault se baseia, em grande medida, na partilha inicial entre o mundo da cultura (razão) e mundo da loucura*” (Coelho, 1967, p. 10). A primeira obra importante a tentar dar conta dessa preocupação de análise de Foucault, para resolver às dificuldades por ela suscitada, apareceu sob o título *Historia da Loucura* (1961). Constitui a primeira contribuição sistemática de Michel Foucault, originalmente apresentada como tese de doutorado, emboçando nela os principais delineamentos conceituais e teóricos que

contribuíram para desenvolvimento posterior do seu pensamento. A sua experiência profissional em clínicas psiquiátricas na França da segunda metade da década de 1950 levou-o a procurar respostas às questões que se colocavam no mundo acadêmico francês daquela época. “Quando fiz os meus estudos, por volta dos anos 50-55, um dos problemas que se colocava era o do estatuto político das ciências...Creio ter escrito a *Historia da Loucura dentro deste contexto*” (Foucault, 2005, p. 01). Com efeito, Foucault não se limitou a investigar a história da loucura como um fenômeno isolado do mundo social ou meramente restrito ao campo da psiquiatria e da medicina. Pelo contrário, sua preocupação visava compreender os discursos institucionais do controle médico e as práticas sociais que os locos estabeleciam com as regras das instituições formais de controle. Com base nessa preocupação, Foucault apercebeu-se que por detrás do discurso médico, aparentemente neutro, escondia-se uma radicalização da dominação controlada e imposta por regras formais de enunciação de exercício de poder e de saber que conviesse desvendar nas práticas dos sujeitos sociais (Foucault, 2005). Neste sentido, ao analisar as condições de possibilidade da emergência da psiquiatria, Foucault constatou a existência de um saber teórico sobre o louco, articulado com as práticas institucionais de internamento. Aqui se funda a relação entre o estatuto político da ciência e o efeito do poder sobre o conhecimento, que ocupou grande parte de suas preocupações iniciais, nos anos 1950. No seu livro “*Nascimento da Clínica*” (1963) foi a mesma questão que Foucault tentou aprofundar através da relação entre a medicina clássica e a moderna. No entanto, Foucault chama atenção pelo fato de que não se deve apenas opor a medicina moderna ao seu passado. A descontinuidade teórica e política que existe entre ambas são muito mais radicais, sendo que abrange os campos de saberes e de práticas sociais, conceitos e métodos de investigação de conhecimento (Foucault, 2005). De um ponto de vista metodológico, essa abordagem crítica exigia de

Foucault um deslocamento teórico, uma mudança epistemológica no emprego de técnicas de ruptura em relação às abordagens clássicas para explicitar os princípios constitutivos da medicina moderna e o tipo específico de fissuras que ela estabelece com a medicina clássica. Nesta ótica, a hipótese de que existe *a priori* um discurso médico sobre o louco, assim como a clássica distinção epistemológica entre senso comum e ciência, tal como pretendia a linguagem unificada do positivismo lógico², mostrou-se insuficiente e menos útil para ciências humanas em relação ao seu objeto de análise. As implicações dessa abordagem radicalizaram-se com a publicação de “*As Palavras e as Coisas*” (1966) que tem por subtítulo uma arqueologia das ciências humanas. A hipótese básica de uma abordagem arqueológica é que as ciências humanas (sociologia, psicologia, entre outras áreas de conhecimento) só poderiam emergir no século XIX, quando o homem passou a ser tematizado como objeto e sujeito de conhecimento (Foucault, 2005).

Como já nos referimos acima, o deslocamento proposto por Foucault difere das abordagens transcendentais clássicas, que têm como o marco inicial a filosofia kantiana em dois aspectos que nos parecem fundamentais serem mencionados. O primeiro aspecto refere-se ao fato de que enquanto a filosofia kantiana transcendental constitui a estrutura básica da mente que transcende todas as variações históricas, a teoria contemporânea do discurso, proposto por Foucault, é iminentemente histórica e busca estudar os campos discursivos e enunciativos que experimentam variações temporais. O segundo e último aspecto trata-se, por sua vez, do processo da diferenciação e de

² Não se trate aqui de abjurar este aspecto de conhecimento, que muito contribuiu para a institucionalização da Sociologia enquanto ciência, mas de compreender que ele não é o único procedimento de análise social. De acordo com o positivismo lógico, o conhecimento científico assenta em uma sólida base de fatos formulada a partir de “**sentenças protocolares**”, passíveis de confirmação, explicação e verificação empírica dos fatos. Ver Wacquant (1996, p. 596).

fronteiras que os campos discursivos assumem na abordagem do discurso de Foucault (Coelho, 1967)³.

De uma maneira geral, pode-se afirmar de que o que está em disputa na reformulação e na análise do discurso na teoria social contemporânea - particularmente com os textos de Foucault – é a maneira como as relações de “poder-saber” operam sobre os sujeitos, bem como as predisposições destes para reagirem e lutarem contra qualquer tentativa de exclusão ou de inclusão no duplo jogo discursivo, um dado pela memória institucional que tenta estabilizar e cristalizar os discursos e a outra fornecida pela memória do esquecimento que torna possível o diferente, a ruptura, o outro (Foucault, 2005).

Para os fins a que propusemos desenvolver, limitou-se apontar algumas obras de Foucault, mas são suficientes aos objetivos deste trabalho, ou seja, o de mostrar as implicações dos conceitos foucauldianos para a análise social. Pela análise contextual das produções analisadas, destaca-se a preocupação de Foucault com as relações de poder e suas conseqüências na produção do conhecimento. A seguir, será discutida mais detalhadamente essa relação a partir da noção do discurso e do poder em Foucault.

Discurso em Foucault

O conceito do discurso - tal como desenvolvido nas abordagens contemporâneas de análise social e política - tem as suas origens nas recentes reformulações que se deram no interior do estruturalismo para uma perspectiva do que alguns analistas chamam de *pós-estruturalismo*. A perspectiva comum destas revisões tem sido basicamente questionar a noção da linguagem como uma totalidade fechada, que foi a pedra-de-toque do estruturalismo clássico. A teoria do discurso de Michel Foucault parece rejeitar

³ Este argumento encontra-se na introdução do livro “Estruturalismo, antologia de textos teóricos”. A referida obra reúne contribuições de autores como Foucault, Derrida, Lévi-Strauss, Althusser, Lacan, Sartre, Barthes, Sebag, entre outros, organizado por Coelho (1967).

radicalmente a idéia da apreensão da realidade imediata por meio da representação da linguagem. Isto porque a realidade produzida pelo conhecimento é uma realidade mediada pelo discurso, visto que ela é atravessada pelos mecanismos políticos de exercício de autoridade, quer no campo político, quer no aspecto simbólico ou acadêmico. Assim, para Foucault, *“o discurso não é simplesmente aquilo que traduz a luta ou sistemas de dominação, ou simplesmente aquilo que manifesta o desejo, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”* (Foucault, 1996, p. 10). Fica claro, assim, que não se trata aqui de uma noção de discurso como uma teoria geral da sociedade. Também não se trata de uma teoria de signo concebida numa relação estreita entre o *significante* e o *significado*, de acordo com Saussure, nem tão pouco a formulação da teoria de sentido proposto por Roland Barthe que acreditava, inicialmente, numa diferenciação entre sentidos *denotativos* e *conotativos* (Coelho, 1967). A teoria do discurso de Foucault é entendida como uma descrição sobre os limites, as correlações de forças em jogo e as rupturas com o discurso vazio da continuidade, pois o sistema de dominação e da descontinuidade, com o qual os sujeitos convivem na realidade social, é sempre atravessado pelas relações simbólicas, cujos acontecimentos e construções de sentidos estão sendo continuamente disputados, negociados e deslocados no interior do campo discursivo (Fairclough, 2001). A análise do campo discursivo, nessa ótica, visa compreender o enunciado na sua descrição singular para tentar determinar as condições de sua existência numa perspectiva relacional com outros enunciados. Nesse sentido, de um ponto de vista da teoria foucauldiana, a unidade mínima de qualquer discurso é o *enunciado*. Foucault entende por enunciado *“um acontecimento que não se esgota na língua e nem na sintaxe”* (Foucault, 1987, p. 165). O enunciado, nessa acepção, não pode ser considerado, de um ponto de vista metodológico, como uma proposição, porque diferentes proposições e

concepções podem envolver o mesmo enunciado. A contribuição básica de Foucault é a de que o sujeito social que produz um enunciado não é uma entidade que existe fora do discurso, mas sim a posição que um determinado enunciado ocupa na configuração particular de modalidades discursivas. “Por *modalidades discursivas* entende-se tipos de atividade discursiva como descrição, formação de hipóteses ou formulação de regulações... constituídos por um complexo grupo de relações (Fairclough, 2001, p. 68). Uma outra implicação dessa concepção do discurso é o fato de que o enunciado não pode ser identificado com atos de fala, dado que são restringidos por aquilo que Foucault chamou de “*atos de fala serios*”, aqueles atos ordinários em que todos os acontecimentos se sucedem de forma linear, autônoma e autoritária, à semelhança do que normalmente acontece com as regras do discurso da autoridade médica e da lei penal. Feita essas observações podemos nos perguntar, tal como o faz Foucault, o que constitui, na verdade, a unidade ou a autonomia de um campo particular ou formação discursiva? Para Foucault o princípio de uma unidade discursiva pode ser encontrado no que ele chamou de *episteme*. “Por *episteme* entende-se um conjunto de relações que une, num dado período de tempo, as práticas discursivas que dão origem as figuras epistemológicas, as ciências e os sistemas formalizados que permitem compreender a emergência de um campo discursivo de conhecimento” (Foucault, 1987, p. 217). Tomando por base essa observação pode-se dizer que o *episteme* é basicamente o discurso produzido por sujeitos sociais (incluindo os intelectuais) a partir de regras compartilhados pelos membros de uma dada formação discursiva do que Fairclough (2001, p. 67) chamou de ordem de *discurso societário*. Foucault da arqueologia não abre mão da idéia da unidade da prática discursiva, uma vez que ele joga com a idéia de encontrar essa unidade nas regras dos discursos, instituições e sociais nas quais articulam-se a *unidade* e a *autonomia* do campo discursivo chamado por ele de

regularidade na dispersão; ou seja, um nível singular em que a história pode dar lugar a tipos definidos e diferenciados de regras de deslocamentos das práticas discursivas (Foucault, 1987). A principal contribuição do conceito de regularidade na dispersão de Foucault à teoria de discurso é a articulação de uma teoria esclarecedora das práticas discursivas como constitutivas das relações sociais interdiscursivas, quer nas instituições formais coercitivas, quer nas relações da vida cotidiana como um todo. Fairclough (2001) sintetiza o trabalho arqueológico de Foucault em dois aspectos fundamentais: por um lado, a natureza constitutiva do discurso e, por outro, a primazia da interdiscursividade e da intertextualidade na elaboração do conceito de discurso de Foucault. O último aspecto requer, portanto, a dimensão da *força* que opera dentro da estrutura ou da formação discursiva. O sujeito que produz um enunciado não é uma entidade que existe fora e independente do próprio discurso, razão pela qual Fairclough (2001), desenvolvendo a teoria foucauldiana sobre o discurso, acusa Foucault de estruturalista, por ele ter minimizado a capacidade de atores sociais de moldar à estrutura e gerar mudanças concretas no interior dela. Sob essa perspectiva, Fairclough conclui: “a *constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de idéias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas*” (Fairclough, 2001, p. 93). Assim, Fairclough defendia uma concepção do discurso substancialmente diferente da proposta por Foucault, prescindindo da noção de *discurso textualmente orientado* (ADTO) como prática política e ideológica que mantém e transforma as “identidades sociais” e “posição de sujeitos”. Sob a influência de Foucault, Fairclough (2001, p. 90) propôs uma concepção de discurso como “*prática social*”, ou seja, um modo de ação socialmente constituído numa relação dialética entre o discurso e a estrutura social. Evidencia-se, nessa visão, um esforço de Fairclough em articular a agência e a estrutura

numa linguagem que combinasse a filosofia lingüística e a pragmática lingüística a que Fairclough deu o nome de *micro e macro* análise de mudança discursiva. A influência do conceito de hegemonia de Gramsci para investigar as lutas ideológicas e políticas como dimensões intrínsecas da prática discursiva, “*uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas constituídas no contexto da transformação das relações de dominação*” assume um papel importante na formulação da noção de discurso textualmente orientada de Fairclough (2001). Enquanto na reflexão teórica foucauldiana as regras do discurso e de formação discursiva parecem possuir propriedades internas, onde os agentes sociais são vistos como sendo sensíveis aos processos de mudança social e política na sociedade contemporânea, para Fairclough há três níveis constitutivos e articulados das práticas discursivas: discurso como texto, discurso como prática discursiva e discurso como prática social. O discurso como texto é o discurso que temos de propriedades formais dos textos com as quais somos colocados em contato; aquele discurso que abrange aspectos de produção e da interpretação. O discurso como análise da prática discursiva envolve dois níveis. Por um lado, o modo como os agentes sociais produzem e interpretam o discurso em diversos contextos sociais e, por outro, envolve o conhecimento da natureza do discurso. O caso fundamental da prática discursiva é o conhecimento das ordens de discurso a que os membros se recorrem para produzir e interpretar os textos, de maneira normativa ou criativa. O discurso como prática social, por sua vez, é aquele que é composto por ideologias à medida que incorpora significados que estruturam as práticas sociais e as relações de poder. Nesse sentido, para Fairclough, todo o discurso é uma relação de poder atravessado pelas práticas discursivas em constante transitividade inter-relacional. A seguir, discutiremos a noção de poder em Foucault e mostraremos sua implicação na construção de conhecimento.

Poder em Foucault

É inegável que as principais contribuições da teoria de discurso para o campo da análise política têm se relacionado à conceituação do poder. A obra *“A microfísica do poder”*, de Michel Foucault, que reúne um conjunto de textos, conferências e colóquios contribuiu para impulsionar o debate sobre a noção de poder na atualidade. Foucault foi um dos primeiros a investigar sistematicamente a genealogia do poder e a tentar aplicá-la a campos de análise não restritos às instâncias formais do sistema político. Ou seja, *“trata-se de insurreição contra os efeitos de poderes de discursos centralizados ligados à instituição unitária de saberes hierarquizada no aparelho do Estado”* (Foucault, 2005, p. 171). Diferentemente de suas abordagens sobre a unidade da prática discursiva anteriormente analisada, a última fase do trabalho de Foucault (1979) foi uma tentativa de equacionar as dificuldades às quais sua análise arqueológica de discurso gerou, transmitindo, assim, a idéia de que existe um campo estruturado do discurso. Já em genealogia do poder, Foucault procurou localizar os elementos existentes numa configuração discursiva dentro da estrutura de uma história descontínua, cujos elementos ou regularidades não tinham nenhum princípio de unidade teológica (Foucault, 2005, p. 16). O poder foi o conceito ao qual Foucault deu maior atenção, assim como deram àqueles analistas que são fortemente relacionados à reformulação do projeto intelectual de Foucault para tentar equacionar as dificuldades encontradas em sua obra. A solução por ele oferecido consiste em considerar o poder *“como uma relação de força ativa estabelecida num determinado período histórico...inversamente de poder como manutenção e reprodução das relações econômicas, jurídicas e políticas”* (Foucault, 2005, p. 176). O poder deve ser analisado como algo que circula. Nunca ele é localizado aqui e acolá, impossível de ser apropriado apenas com a crítica da ideologia de Marx, que tenta desmascarar a autocompreensão humanista da

modernidade nas idéias da burguesia (Habermas, 2002). Nesse sentido, a abordagem de Foucault difere das teorias marxistas e/ou estruturalistas em dois aspectos cruciais. O primeiro é que, enquanto na teoria marxista clássica as relações de produção constituem a estrutura básica da luta de classes, para Foucault o poder está intimamente relacionado à força onipresente que não se restringe às regras puramente técnicas da estrutura econômica e da soberania política. O poder é um *“feixe aberto de micro-poderes”* que engloba formações discursivas e enunciados científicos cujos elementos são descontínuos, e a conexão entre eles não é nada que possamos explorar fora dos próprios elementos que os constitui. O segundo aspecto de diferenciação da abordagem foucauldiana é que o caráter jurídico de poder não pode servir como um sistema de representação e muito menos expressar técnicas e estratégias de exercício de poder. *“O modelo jurídico é frequentemente representado de forma negativa nas sociedades ocidentais, ou seja, de cima para baixo ou vice versa”* (Foucault, 2005, p. 250). Foucault tenta de alguma maneira evitar a visão clássica de representação política (a relação entre representantes e representados, por exemplo), segundo a qual a vontade da maioria é algo constituído depois da representação, e não o contrário. *“A análise genealógica do poder produziu um deslocamento em relação à ciência e à filosofia política, que privilegiam em suas investigações sobre o poder a proeminência do Estado”* (Machado, 1981, p. 189). Desta forma Foucault coloca limites da interpretação da análise política baseada na homogeneização do campo social. Foucault proporcionou-nos, assim, de forma convincente, uma análise detalhada das principais formas que este novo tipo de poder “aberto” pode ser analisado e exercido, assim como a relação entre o poder e o conhecimento. Nessa concepção existe uma dualidade foucauldiana, no qual o poder passa a se constituir por intermédio de duas técnicas distintas: a técnica produzida na base de conhecimento, e a técnica relacionada à

aquisição do conhecimento a que Foucault deu o nome de *biopoder* (Fairclough, 2001). A noção de poder de Foucault não é, todavia, suficiente para dar conta dos processos da mudança social, conforme Fairclough. A mesma dificuldade apontada anteriormente por Fairclough em análise arqueológica do discurso em Foucault se aplica aqui. Foucault é acusado de atribuir um peso maior a manipulação de poder. Segundo Fairclough (2001) Foucault não consegue pensar na possibilidade de contestação política contra os discursivos hegemônicos. O conceito foucauldiano de poder não admite um contrapoder articulado com a capacidade de proporcionar mudanças significativas na vida social (Habermas, 2002). Isto porque, de acordo com a interpretação proposta por Fairclough (2001), uma das funções fundamentais de análise de poder é a de descrever reflexivamente as práticas discursivas como um modo de luta hegemônico e ideológico que reproduz, reproduz e reestrutura as ordens de discursos e as práticas vigentes na sociedade contemporânea (Fairclough, 2001). Essa luta hegemônica pressupõe, no campo dos movimentos sociais, a participação política da sociedade como agentes que lutam para a institucionalização da democracia, ampliação da esfera pública e diminuição das desigualdades sociais.

Para finalizar, podemos dizer que uma das conseqüências das concepções do discurso e de poder para análise social é a de que, certamente, a *luta política* constitui o cerne da produção histórica do conhecimento. Para Foucault, se analisarmos a forma como o poder se produz e reproduz na luta política, podemos aperceber o modo pelo qual o saber funciona como o poder e reproduz os seus efeitos (Foucault, 2005).

Referências Bibliográficas.

BOTTOMORE, Tom. Estruturalismo. In: Dicionário de pensamento social no século XX. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1996, pp.275-276.

COELHO, Eduardo. *Estruturalismo*: antologia de textos teóricos. São Paulo: Martins Fontes, 1967.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

_____. *A Ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HABERMAS, Jürgen. *O Discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MACHADO, Roberto. *Ciência e Saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

MALERBA, J. *Representações – contribuições a um debate transdisciplinar*. São paulo: Paripus, 2000.

MUTZENBERG, Remo. *Sociedade, uma totalidade precária que inclui e exclui*. In: AMARAL Aécio e BURITY, Joanildo (Orgs). *Inclusão Social, Identidade e Diferença: Perspectiva Pós-modernista de análise social*. São Paulo: Annablume, 2006, pp. 85-91.

WACQUANT, Loic. *Positivismo*. In: *Dicionário de pensamento social no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1996, pp.592-597.

Publicado no site www.didinho.org no dia 15.03.2010



VAMOS CONTINUAR A TRABALHAR!

Projecto Guiné-Bissau: CONTRIBUTO

www.didinho.org